



JUCESP PROTOCOLO
0.361.026/10-9



VIANORTE S.A.

CNPJ/MF nº 02.366.097/0001-86

NIRE 35.300.154.207

Companhia Aberta

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2010**

1. **Data, Hora e Local:** Aos vinte e sete dias do mês de abril de 2010, às 09:00 horas, na sede social da Vianorte S.A. ("Companhia"), localizada no Município de Sertãozinho, Estado de São Paulo, na Rodovia Atilio Balbo, Km 327,5, s/n.
2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), tendo em vista a presença de acionistas representantes da totalidade das ações de emissão da Companhia.
3. **Publicação:** Dispensada a publicação dos anúncios a que se refere o *caput* do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a publicação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009 (acompanhadas das respectivas Notas Explicativas), do parecer dos auditores independentes e dos demais documentos pertinentes às matérias constantes da Ordem do Dia, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal A Cidade de Ribeirão Preto, edição do dia 05 de março de 2010, em conformidade com o disposto no artigo 133, §4º, da Lei nº 6.404/76.
4. **Mesa:** Presidente: Sr. José Carlos Ferreira de Oliveira Filho
Secretária: Sra. Maria de Castro Michelin
5. **Ordem do Dia:**
 - 5.1 Em Assembléia Geral Ordinária:
 - 5.1.1 Exame, discussão e aprovação do relatório de Administração, das contas da Diretoria, bem como das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes;

Cee.

- 5.1.2 Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009;
 - 5.1.3 Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia;
- 5.2 Em Assembléia Geral Extraordinária:
- 5.2.1 Deliberar sobre a fixação da remuneração global dos administradores da Companhia;
 - 5.2.2 Aprovar e ratificar a celebração do Contrato VN N. 1010-00/09 com a empresa Latina Manutenção de Rodovias Ltda., cujo objeto é a execução de serviços e obras civis necessárias para a recuperação, ampliação e melhoramento das Rodovias, no valor de R\$7.456.304,97;
 - 5.2.3 Aprovar e ratificar a celebração do Contrato de Seguro-Garantia (Apólice) Nº 059912010005107470049056000000, em 03 de março de 2010, com a UBF Seguros S.A., em favor da ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, no valor de R\$12.000637,07, tendo como objeto a garantia de indenização dos prejuízos decorrentes do inadimplemento da Companhia, referente exclusivamente, às obrigações de cumprimento das funções de ampliação e melhoramentos assumidas no Contrato de Concessão do lote 05, Nº 002/CR/1998, Rodovias: SP-330 (Ribeirão Preto/Divisa MG), SP 322 (Ribeirão Preto/Bebedouro), SP 328 (SP 330/SP 322) e SP 325 - SP 322 (acesso a Ribeirão Preto);
 - 5.2.4 Aprovar e ratificar a celebração do Contrato de Seguro-Garantia (Apólice) Nº 059912010005107470049054000000, em 03 de março de 2010, com a UBF Seguros S.A., em favor da ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, no valor de R\$61.852.616,99, tendo como objeto a garantia de indenização dos prejuízos decorrentes do inadimplemento da Companhia, referente exclusivamente às obrigações de cumprimento das funções operacionais e de conservação assumidas no Contrato de Concessão do lote 05, Nº 002/CR/1998, Rodovias: SP-330 (Ribeirão Preto/Divisa MG), SP 322 (Ribeirão Preto/Bebedouro), SP 328 (SP 330/SP 322) e SP 325 - SP 322 (acesso a Ribeirão Preto), e

ce.

5.2.5 Aprovar e ratificar a celebração do Contrato de Seguro-Garantia (Apólice) N° 059912010005107470049055000000, em 03 de março de 2010, com a UBF Seguros S.A., em favor da ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, no valor de R\$41.708.663,46, tendo como objeto a garantia de indenização dos prejuízos decorrentes do inadimplemento da Companhia, referente exclusivamente às obrigações de pagamento do valor fixo e do valor pré-fixado, a que se referem os incisos II e III do item 45.1 do Contrato de Concessão do lote 05, N° 002/CR/1998, Rodovias: SP-330 (Ribeirão Preto/Divisa MG), SP 322 (Ribeirão Preto/Bebedouro), SP 328 (SP 330/SP 322) e SP 325 - SP 322 (acesso a Ribeirão Preto).

6. **Deliberações:** Por unanimidade, os acionistas deliberaram o que segue:

6.1 Em Assembléia Geral Ordinária:

6.1.1 Aprovar, sem reservas, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, e as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, acompanhadas do parecer dos auditores independentes emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes;

6.1.2 Aprovar que o lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$28.807.377,70 (vinte e oito milhões, oitocentos e sete mil, trezentos e setenta e sete reais e setenta centavos), terá a seguinte destinação: (i) R\$1.440.368,88 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil, trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e oito centavos) equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, destinado à reserva legal, nos termos da lei e do estatuto social da Companhia; (ii) R\$6.841.752,20 (seis milhões, oitocentos e quarenta e um mil, setecentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos), equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2009, conforme artigo 27 do estatuto social da Companhia; e (iii) R\$20.525.256,62 (vinte milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos) destinados à reserva de lucros;

Ce.

6.1.3 Aprovar a reeleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, para um mandato de 2 (dois) anos, ou até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2012, para aprovar as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, iniciado na data constante de seu termo de posse, lavrado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração: (i) Sr. **José Carlos Ferreira de Oliveira Filho**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 075.891.238-20 e portador da cédula de identidade RG nº 3.770.107-1 (SSP-SP), com endereço comercial na Rua Joaquim Floriano, 913, 6º andar, CEP 04534-013, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (ii) Sr. **Juan Luis Osuna Gómez**, espanhol, casado, empresário, portador do passaporte espanhol nº 02526571K e inscrito no CPF/MF sob o nº 229.633.548-94, domiciliado na Calle Gobelas, 45-49, na Cidade de Madri, Espanha; e (iii) Sr. **Felipe Ezquerria Plasencia**, espanhol, casado, empresário, portador da cédula de identidade para estrangeiros (RNE) nº V 309898-I (SRE/DPMAF/DPF) e inscrito no CPF/MF sob o nº 225.268.398-82, com endereço comercial na Rua Joaquim Floriano, 913, 6º andar, CEP 04534-013, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

6.1.4 Os Conselheiros ora reeleitos, tomarão posse em Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, declarando no termo de posse, tendo em vista o disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que (i) não estão impedidos de assumir os cargos para os quais foram eleitos, nos termos do art. 37, inciso II, da Lei nº 8.934 de 18.11.1994, com a redação dada pelo art. 4º da Lei nº 10.194 de 14.02.2001, (ii) não estão condenados a pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários; (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (iv) não ocupam cargos em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não têm, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia;

6.2 Em Assembléia Geral Extraordinária:

6.2.1 Aprovar a remuneração global anual dos administradores da Companhia, em até R\$480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), sendo certo que a remuneração individualizada dos administradores deverá ser deliberada pelo Conselho de Administração da Companhia; e

eu.

6.2.2 Aprovar as matérias constantes dos itens 5.2.2 ao 5.2.5 da Ordem do Dia, ratificando as contratações ali descritas.

7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, lavrada a presente Ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente – Sr. José Carlos Ferreira de Oliveira Filho, e Secretária – Sra. Maria de Castro Michielin; Acionistas: SPR – Sociedade para Participações em Rodovias S.A. (por José Carlos Ferreira de Oliveira Filho e Maria de Castro Michielin), Sr. Juan Luis Osuna Gómez, Sr. Felipe Ezquerro Plasencia e Sr. José Carlos Ferreira de Oliveira Filho.

Sertãozinho, 27 de abril de 2010.

“Confere com a original lavrada em livro próprio”



Maria de Castro Michielin

Secretária

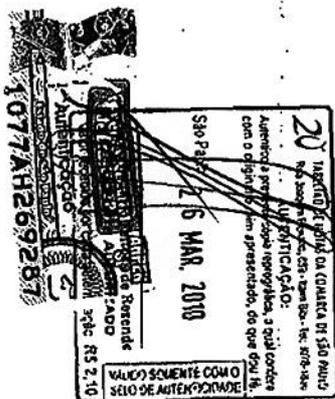


JUCESP

Vianorte S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008
e Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes



Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. José Bonifácio Coutinho
Nogueira, 150 - 5º - Sala 502
13091-611 - Campinas - SP
Brasil

Tel: +55 (19) 3707-3000
Fax: +55 (19) 3707-3001
www.deloitte.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Vianorte S.A.
Sertãozinho - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Vianorte S.A. ("Sociedade"), levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vianorte S.A. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Campinas, 15 de janeiro de 2010

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Helio Wellichen
Helio Wellichen
Contador
CRC nº 1 SP 130122/O-0

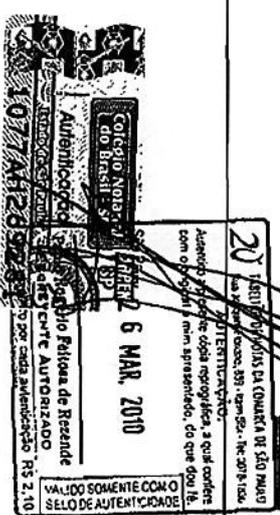


VIANORTE S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	2009		2008		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2009		2008	
		2009	2008	2009	2008			2009	2008		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	(3)	19.315	15.493	Fornecedores	(11)	1.796	3.776				
Contas a receber	(4)	9.522	8.155	Fornecedores - empresas ligadas	(11)	1.338	1.056				
Adiantamento a fornecedores		23	2	Caufões contratuais	(6)	1.277	1.958				
Despesas antecipadas		322	370	Emprestimos e financiamentos	(10)	24.813	29.909				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5)	639	391	Salários e encargos sociais	(12)	1.435	1.309				
Total do ativo circulante		29.821	24.411	Impostos e contribuições a recolher	(12)	5.151	2.974				
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5)	-	8				
NÃO CIRCULANTE				Provisão para contingências	(14)	34.272	33.905				
Realizável a longo prazo:				Dividendos propostos	(13)	2.351	520				
Aplicações financeiras (caufões contratuais)	(6)	5.240	5.015	Contas a pagar	(11)	17.581	10.739				
Depósitos judiciais	(13)	1.314	1.109	Total do passivo circulante		83	78				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5)	3.132	1.122	NÃO CIRCULANTE							
Imobilizado	(7)	250.794	263.487	Emprestimos e financiamentos	(10)	30.101	54.798				
Intangível	(8)	186.891	209.967	Emprestimos de empresas ligadas	(11)	18.548	23.322				
Total do ativo não circulante		447.371	480.700	Cretores pela concessão	(14)	198.628	225.075				
				Obrigações fiscais	(12)	2.236	-				
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5)	-	66				
				Total do passivo não circulante		249.513	303.261				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
				Capital subscrito		113.651	113.651				
				Capital social a integralizar	(15)	(6.109)	(6.109)				
				Capital social integralizado		107.542	107.542				
				Reserva de lucros		30.040	8.076				
				Total do patrimônio líquido		137.582	115.618				
TOTAL DO ATIVO		477.192	505.111	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		477.192	505.111				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

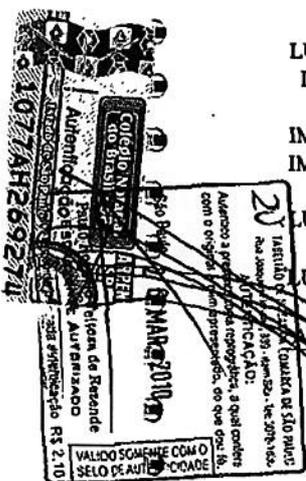


VIANORTE S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)**

	Nota explicativa	2009	2008
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receitas de pedágio		188.510	178.465
Outras receitas operacionais		1.319	1.311
		<u>189.829</u>	<u>179.776</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA			
Impostos e contribuições		(16.514)	(15.617)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		<u>173.315</u>	<u>164.159</u>
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(97.225)	(93.389)
LUCRO BRUTO		<u>76.090</u>	<u>70.770</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas		(11.120)	(6.665)
Despesas tributárias		(2.718)	(119)
Remuneração da administração	(11)	(407)	(537)
Outras despesas operacionais		301	726
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>62.146</u>	<u>64.175</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	(16)	1.580	2.653
Despesas financeiras	(16)	(19.278)	(49.273)
		<u>(17.698)</u>	<u>(46.620)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>44.448</u>	<u>17.555</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE	(18)	(17.974)	(5.285)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DIFERIDO	(18)	2.332	(966)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>28.806</u>	<u>11.304</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO		<u>26,89</u>	<u>10,55</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

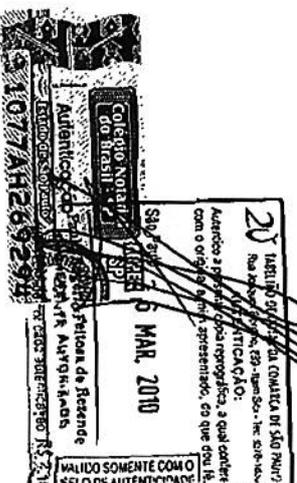


VIANORTE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado	Reservas de lucros Reserva legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007								
Lucro líquido do exercício	(15)	-	-	-	-	-	11.304	11.304
Constituição de reserva legal	(15)	-	-	-	565	-	(565)	-
Dividendos propostos	(15)	-	-	-	-	-	(10.739)	(10.739)
Retenção de lucros	(15)	-	-	-	-	6.901	(6.901)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		113.651	(6.109)	107.542	610	-	6.901	115.053
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009								
Lucro líquido do exercício	(15)	-	-	-	-	-	28.806	28.806
Constituição de reserva legal	(15)	-	-	-	1.440	-	(1.440)	-
Dividendos propostos	(15)	-	-	-	-	-	(6.842)	(6.842)
Retenção de lucros	(15)	-	-	-	-	20.524	(20.524)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		113.651	(6.109)	107.542	2.615	27.425	-	137.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

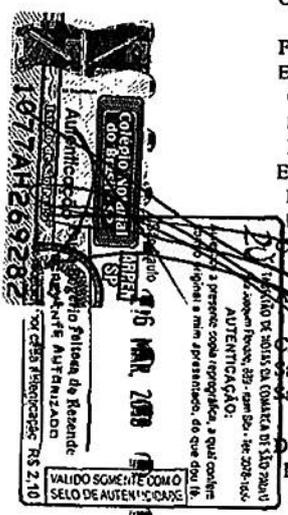


VIANORTE S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais)**

	Nota explicativa	2009	2008
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		28.806	11.304
Ajustes para conciliar o lucro líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(18)	(2.332)	966
Depreciação e amortização		64.509	62.271
Baixa do ativo imobilizado		236	184
Juros sobre créditos com pessoas ligadas		1.913	2.592
Juros sobre empréstimos e financiamentos		7.755	10.874
Variação monetária e juros sobre credores pela concessão		8.011	35.182
Provisão para contingências	(13)	2.139	(1.303)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(1.367)	(1.733)
Impostos a recuperar		-	974
Despesas antecipadas e adiantamentos para fornecedores		27	(20)
Depósitos judiciais		(205)	47
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores, fornecedores empresas ligadas e caução		(2.379)	780
Salários e encargos sociais		126	(22)
Impostos e contribuições a recolher		4.128	903
Provisão para contingências	(13)	(308)	-
Contas a pagar		5	(506)
Credores pela concessão		56	45
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		111.120	122.538
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado		(28.824)	(54.540)
Adições ao intangível		(152)	(210)
Aplicações financeiras		(225)	(1.876)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(29.201)	(56.626)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos:			
Captações		-	7.509
Pagamentos do principal		(26.973)	(19.816)
Pagamentos dos juros		(10.575)	(13.300)
Empréstimos de empresas ligadas:			
Pagamentos de empréstimos de empresas ligadas		(6.402)	-
Pagamentos dos credores pela concessão	(14)	(34.147)	(31.803)
Caixa aplicado nas atividades financeiras		(78.097)	(57.410)
INCREMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.822	8.502
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Saldo no início do exercício		15.493	6.991
Saldo no fim do exercício		19.315	15.493
Divulgação suplementar às informações do fluxo de caixa:			
Itens de movimentação que não afetam caixa:			
Fornecedores de imobilizado - partes relacionadas		-	2.848
Dividendos propostos		6.842	10.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



VIANORTE S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais)**

	2009	2008
RECEITAS		
Receitas de pedágio	189.829	179.776
Receitas acessórias	301	775
	<u>190.130</u>	<u>180.551</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS E COFINS)		
Custos dos serviços prestados	20.777	19.577
Custo da concessão	13.706	40.575
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	8.614	2.240
	<u>43.097</u>	<u>62.392</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>147.033</u>	<u>118.159</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(64.509)	(62.271)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA SOCIEDADE	<u>82.524</u>	<u>55.888</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	1.580	2.653
	<u>1.580</u>	<u>2.653</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>84.104</u>	<u>58.541</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	6.424	6.125
Benefícios	2.127	2.142
FGTS	610	571
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais	24.260	14.433
Estaduais	6	9
Municipais	9.489	8.984
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	11.449	14.091
Aluguéis	933	882
Remuneração de capitais próprios:		
Dividendos	6.842	10.739
Lucros retidos	21.964	565
	<u>84.104</u>	<u>58.541</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



VIANORTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Expressas em milhares de reais)

I. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vianorte S.A. ("Sociedade") iniciou suas operações em 6 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), e tem por objetivo exclusivo realizar, sob regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário constituído pela SP-330 Rodovia Anhangüera, SP-322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira, SP-328 Rodovia Alexandre Balbo/contorno Norte de Ribeirão Preto e SP-325/322 Avenida dos Bandeirantes, compreendendo a execução, gestão e fiscalização de serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação, os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público. O prazo de concessão é de 240 meses (20 anos), contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente.

Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrados no ativo intangível como direito da outorga e, como contrapartida, o passivo na rubrica de credores pela concessão, conforme mencionado nas notas explicativas nº 8 e nº 14.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais já se encontram totalmente cumpridos:

SP 322 Rodovia Atílio Balbo / Rodovia Armando Salles de Oliveira

- Duplicação do trecho entre o km 343+500 ao km 390+500 - Sertãozinho / Bebedouro;
- Duplicação do trecho entre o km 307+500 ao 325+910 - Contorno Viário Sul;
- Construção de dispositivos de acessos / retornos;
- Construção de passarelas km 334+860 e 337+790 - Sertãozinho;
- Construção de marginais entre o km 333+160 ao km 343+480;
- Ampliação de dispositivo com a SP 325/322 km 325+910 (entroncamento);
- Construção da transposição sobre o Córrego Santa Elisa km 345+100.

SP 328 Rodovia Alexandre Balbo

- Duplicação do trecho entre o km 323+130 ao 337+010;
- Construção de dispositivos nos km 326+220 / 330+720 / 334+710 / 335+160 - passagem superior (PSU).



Vianorte S.A.

SP 330 Rodovia Anhangüera

- Construção de passarela km 380 - São Joaquim da Barra;
- Construção do posto de suporte ao usuário em Orlândia km 366+150;
- Construção do dispositivo com Avenida Lara Nilza Raffaini Cação km 319+650.

SP 325/322 - Avenida dos Bandeirantes

- Construção de passarela km 8+550;
- Construção de galeria de aço km 6+400;
- Construção de dispositivo km 8+300.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, os investimentos para atender os compromissos de manutenção nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$161 milhões e R\$ 131 milhões, respectivamente (informação não auditada).

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo de concessão.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade são:

2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos, e possuem vencimentos inferiores a 30 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.2. Contas a receber

Referem-se substancialmente aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para cobrir prováveis perdas na sua realização.

2.3. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros elegíveis à capitalização, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 7, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão e reduzidos ao valor de recuperação dos ativos quando necessário.



Vianorte S.A.

2.4. Intangível

Refere-se, principalmente, ao direito de outorga da concessão e aos direitos de uso de software. No caso do direito de outorga da concessão o ativo é avaliado pelo custo de aquisição, ajustado a valor presente e deduzido da amortização acumulada, calculada linearmente pelo prazo da concessão. Quando necessário é efetuada provisão para redução desse ativo ao valor recuperável, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.7.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, com base em projeções de benefícios econômicos futuros e não supera o prazo de cinco anos. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado

2.5. Redução ao valor recuperável de ativos

Os bens do imobilizado e os ativos intangíveis, incluindo concessões, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando o valor contábil de referidos ativos ultrapassa seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do período. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 não houve necessidade de constituir provisão para redução dos ativos ao seu valor recuperável.

2.6. Empréstimos e financiamentos

São contabilizados ao valor original acrescido da atualização monetária e dos juros incorridos até a data dos balanços.

2.7. Credores pela concessão

Correspondem às obrigações decorrentes do direito de uso e exploração das rodovias constantes no contrato de concessão. Essas obrigações referem-se, preponderantemente às parcelas fixas contabilizadas pelo valor original do contrato, ajustadas a valor presente, a partir do início do contrato de concessão à taxa de 5% a.a., acrescidas de atualização monetária e juros incorridos até a data dos balanços. A taxa de ajuste a valor presente foi definida pela Administração com base na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros naquela data, conforme mencionado na nota explicativa nº 14. A contrapartida do ajuste a valor presente foi à rubrica de Direito de outorga da concessão, classificada no ativo intangível. O saldo de credores pela concessão a valor presente é atualizado monetariamente mensalmente pelo IGP-M, tendo como contrapartida o resultado financeiro.

A parcela variável refere-se ao preço da delegação do serviço público, correspondente a 3% da receita bruta, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

2.8. Receita de pedágio

É reconhecida pelo regime de competência, de acordo com a utilização das rodovias pelos usuários.

2.9. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.



Vianorte S.A.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais. É registrada, quando necessário, provisão para perdas sempre que não houver fortes evidências de realização dos saldos.

A Sociedade optou pelo Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, por meio do qual as apurações do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/76, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 foram registrados nas demonstrações financeiras da Sociedade. A Sociedade consignou a sua opção pelo RTT na Declaração Integrada de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ em 2009.

2.10. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Sociedade o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos e despesas registradas, bem como a divulgação das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro de provisão para contingências fiscais e trabalhistas, análises sobre o valor recuperável de ativos e realização do saldo de imposto de renda diferido ativo e depreciação.

2.11. Lucro líquido por ação

É calculado com base no número de ações integralizadas até a data dos balanços.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2009	2008
Caixa e bancos	1.525	1.203
Aplicações financeiras	17.790	14.290
Total	19.315	15.493

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de um título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo e, do comprador (cliente), de revendê-lo no futuro. As aplicações eram remuneradas entre 100% a 103,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo.



Vianorte S.A.

A Administração da Sociedade decidiu registrar esses créditos no ativo e no passivo circulante e não circulante, devido à efetiva capacidade de realização desses créditos no curto e ou longo prazo, com base nas estimativas dos lucros tributáveis futuros. As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável são como seguem:

Exercício a findar-se em 31 de dezembro

2011	759
2012	530
2013	368
2014	368
Acima de 2015	<u>1.107</u>
	<u>3.132</u>

6. CAUÇÕES CONTRATUAIS

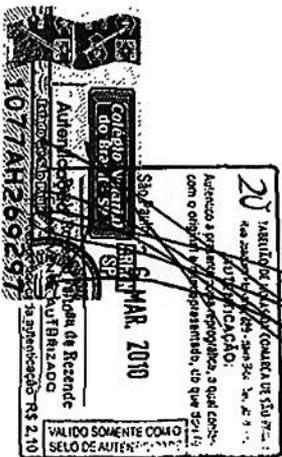
Os saldos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 estão representados por:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Ativos:		
Conta reserva - Banco Unibanco (a)	<u>5.240</u>	<u>5.015</u>
Total	<u>5.240</u>	<u>5.015</u>
Passivos:		
Retenções de 5% referentes a prestadores de serviços (b)	<u>1.277</u>	<u>1.958</u>
Total	<u>1.277</u>	<u>1.958</u>

- (a) Refere-se à garantia exigida pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social quando da contratação de financiamentos. A partir de janeiro de 2001, a Sociedade por determinação das condições contratuais, sempre que necessário, vem caucionando valores, até o limite de 5% de sua receita bruta mensal, limitado ao dobro do valor do último pagamento de principal acrescido dos juros.

As aplicações financeiras, resgatáveis quando da liquidação dos contratos de financiamento junto ao BNDES, conforme mencionado na nota explicativa n 10, referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de um título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo e, do comprador (cliente), de revendê-lo no futuro. As aplicações eram remuneradas entre 100% a 103,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

- (b) Refere-se à retenção de 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e aprovação da obra pela administração da Sociedade, conforme previsto no contrato de prestação de serviços. A caução contratual tem como objetivo resguardar a Sociedade contra possíveis riscos e danos relacionados às obras e não esta sujeita a remuneração.



Vianorte S.A.

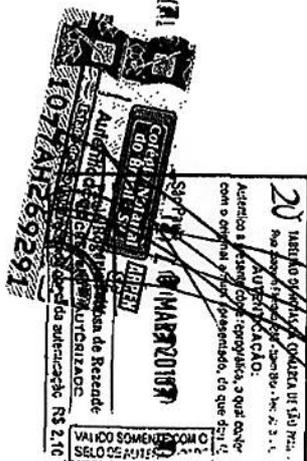
7. IMOBILIZADO

Os saldos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 estão representados por:

	Taxa anual média, ponderada de depreciação - %	2009			2008
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em operação:					
Imobilizado em rodovia - obras e serviços	9,18	274.772	110.620	164.152	164.984
Pavimentações	20,13	181.684	112.498	69.186	76.231
Equipamento mobiliário	14,00	18.293	10.090	8.203	9.798
Instalações	9,02	3.464	909	2.555	1.308
Desapropriações	7,82	5.761	1.916	3.845	4.185
Conjunto de defensas	9,50	5.059	2.659	2.400	2.345
Outras imobilizações	17,72	678	225	453	461
Em andamento:					
Imobilizações em andamento		-	-	-	4.175
Total do imobilizado		489.711	238.917	250.794	263.487

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 2009 e 2008 está representada por:

	Custo em 31/12/2008		Adições	Baixas	Transferência	Custo em 31/12/2009	
Em operação:							
Imobilizado em Rodovia	256.070	9.583	(57)	9.176	274.772		
Pavimentações	170.325	7.617	-	3.742	181.684		
Equipamento mobiliário	18.817	787	(1.311)	-	18.293		
Instalações	2.033	109	(2)	1.324	3.464		
Desapropriações	5.649	146	(34)	-	5.761		
Conjunto de Defensas	4.651	408	-	-	5.059		
Outras Imobilizações	589	107	(18)	-	678		
Em andamento:							
Imobilizações em andamento	4.175	10.067	-	(14.242)	-		
	462.309	28.824	(1.422)	-	489.711		
Depreciação acumulada em							
	31/12/2008	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2009		
Em operação:							
Imobilizado em Rodovia	(91.086)	(19.587)	53	-	(110.620)		
Pavimentações	(94.094)	(18.404)	-	-	(112.498)		
Equipamento mobiliário	(9.019)	(2.218)	1.147	-	(10.090)		
Instalações	(725)	(185)	1	-	(909)		
Desapropriações	(1.464)	(459)	7	-	(1.916)		
Conjunto de Defensas	(2.306)	(353)	-	-	(2.659)		
Outras Imobilizações	(128)	(103)	6	-	(225)		
Em andamento:							
Imobilizações em andamento	(198.822)	(41.309)	1.214	-	(238.917)		
Total do imobilizado	263.487	(12.485)	(208)	-	250.794		



Vianorte S.A.

	<u>Custo em</u> <u>31/12/2007</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>Custo em</u> <u>31/12/2008</u>
Em operação:					
Imobilizado em Rodovia	241.547	10.728	(9)	3.804	256.070
Pavimentações	136.222	32.846	-	1.257	170.325
Equipamento mobiliário	18.446	475	(313)	209	18.817
Instalações	1.911	122	-	-	2.033
Desapropriações	5.235	414	-	-	5.649
Conjunto de Defensas	4.167	484	-	-	4.651
Outras Imobilizações	210	441	(62)	-	589
Em andamento:					
Imobilizações em andamento	<u>3.350</u>	<u>6.182</u>	<u>(87)</u>	<u>(5.270)</u>	<u>4.175</u>
	411.088	51.692	(471)	-	462.309
	<u>Depreciação</u> <u>acumulada em</u> <u>31/12/2007</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>Depreciação</u> <u>acumulada em</u> <u>31/12/2008</u>
Em operação:					
Imobilizado em Rodovia	(70.549)	(20.569)	32	-	(91.086)
Pavimentações	(78.069)	(16.025)	-	-	(94.094)
Equipamento mobiliário	(7.868)	(1.386)	235	-	(9.019)
Instalações	(551)	(174)	-	-	(725)
Desapropriações	(1.018)	(446)	-	-	(1.464)
Conjunto de Defensas	(1.896)	(410)	-	-	(2.306)
Outras Imobilizações	(67)	(81)	20	-	(128)
Em andamento:					
Imobilizações em andamento	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	(160.018)	(39.091)	287	-	(198.822)
Total do imobilizado	<u>251.070</u>	<u>12.601</u>	<u>(184)</u>	<u>-</u>	<u>263.487</u>

As adições ao ativo imobilizado, ocorridas após a contratação da concessão, cuja vida útil estimada seja superior ao período da concessão são depreciadas com base no período restante do contrato de concessão. A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de registro de provisão para redução destes ativos ao valor de recuperação em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

A Sociedade possui contratos de arrendamento mercantil de equipamentos de comunicação, informática e equipamentos de cobrança automática de pedágio, com cláusula de opção de compra, sujeitos a juros de 1,52% a 1,87% ao mês. Os referidos contratos de arrendamento, registrados como compras financiadas de bens em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 montavam respectivamente, em R\$ 2.875 e R\$ 3.376, líquido da depreciação acumulada.

Aproximadamente R\$ 3.804 de bens do ativo imobilizado encontram-se gravados em garantia de credores por empréstimos e financiamentos e são representados, em sua grande maioria, por equipamentos mobiliários e instalações.

INTANGÍVEL

	Taxa anual média ponderada de amortização %	2009			2008
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de outorga da concessão (a)	8,96	254.971	(68.500)	186.471	209.305
Software	20	<u>2.047</u>	<u>(1.627)</u>	<u>420</u>	<u>662</u>
Total		<u>257.018</u>	<u>(70.127)</u>	<u>186.891</u>	<u>209.967</u>



Vianorte S.A.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos, todos relativos a empréstimos em moeda nacional, em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 estavam representados por:

<u>Instituições credoras</u>	<u>Encargos Indexador</u>	<u>Vencimentos até</u>	<u>31/12/2009</u>		
			<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
BNDES	TJLP + 4,5 a 7,5 % a.a.	15/08/2013	23.719	29.408	53.127
Banco ABC - Finame	TJLP + 6,3 % a.a.	15/07/2010	282	-	282
Banco Unibano - Prosoft	TJLP + 2,18% a.a.	15/04/2010	181	-	181
Banco Unibanco - Finame	TJLP + 3,48% a.a.	15/04/2012	393	525	918
Finame Votorantim	TJLP + 3,3% a.a.	15/02/2013	78	168	246
Dibens - Leasing	CDI + 1,82% a.a.	28/02/2010	160	-	160
Total			<u>24.813</u>	<u>30.101</u>	<u>54.914</u>

<u>Instituições credoras</u>	<u>Encargos Indexador</u>	<u>Vencimentos até</u>	<u>2008</u>		
			<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
BNDES	TJLP + 4,5 a 7,5 % a.a.	15/08/2013	24.791	53.063	77.854
Banco ABC - Finame	TJLP + 6,3 % a.a.	15/07/2010	483	282	765
Banco Unibano - Prosoft	TJLP + 2,18% a.a.	15/04/2010	526	167	693
Banco Unibanco - Finame	TJLP + 3,48% a.a.	15/04/2012	393	917	1.310
Banco Bradesco - Capital de Giro	CDI + 1,5% a.a.	13/02/2009	3.367	-	3.367
Finame Votorantim	TJLP + 3,3% a.a.	15/02/2013	65	248	313
Bancspa - Leasing	1,52 a 1,87% a.m.	23/04/2009	123	-	123
Dibens - Leasing	CDI + 1,82% a.a.	28/02/2010	161	121	282
Total			<u>29.909</u>	<u>54.798</u>	<u>84.707</u>

Em 31 de dezembro de 2009 as parcelas relativas ao principal dos financiamentos a longo prazo, apresentam os seguintes vencimentos:

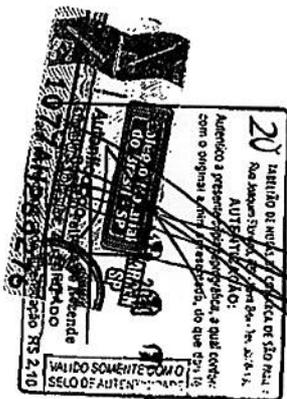
<u>Ano de vencimento</u>	<u>2009</u>
2011	12.081
2012	11.647
2013	6.373
Total	<u>30.101</u>

Os financiamentos nas modalidades FINAME e Leasing estão garantidos pela alienação fiduciária dos bens adquiridos conforme mencionado na nota explicativa nº 7. Os financiamentos junto ao BNDES estão garantidos por aplicações financeiras (cauções contratuais) apresentadas no realizável a longo prazo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6 e, fiança e avais dos acionistas.

Adicionalmente às garantias oferecidas, a Sociedade mantém os índices financeiros dentro dos limites estabelecidos contratualmente junto ao BNDES, os quais estão sumariados a seguir:

Da sociedade:

- Não obter novos empréstimos de curto prazo, inclusive renovações cujo valor acumulado supere a R\$ 3.000 com data base de 10/11/2000, reajustados pelo IGP-M, sem autorização expressa do BNDES;
- Não alienar nem onerar bens operacionais a terceiros, com exceção de veículos de pequeno porte;



Vianorte S.A.

- Manter um "índice de cobertura do serviço da dívida" no mínimo de 1,20; calculado pela divisão do lucro apurado antes das despesas financeiras, das despesas com imposto de renda e contribuição social, das despesas com amortização e depreciação, pelo somatório das amortizações de juros e parcelas de financiamentos no período;
- Manter uma relação mínima entre o patrimônio líquido e o passivo total de 30% desconsiderando-se os efeitos negativos decorrentes da contabilização da outorga devida ao poder concedente e considerando no passivo total as obrigações relativas aos arrendamentos mercantis;
- Manter seguro destinado à garantia das parcelas do produto da cobrança do pedágio com cobertura mínima equivalente a 90 dias de arrecadação, e franquia aceitável pelo BNDES.

Dos acionistas:

- Manter, até a completa realização do projeto financiado, o capital social subscrito e integralizado da Sociedade, em valor correspondente a pelo menos 20% do total dos investimentos realizados no projeto financiado;
- Suprir, até a completa realização do projeto financiado, mediante aumentos de capital, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto;
- Manter, durante a vigência do contrato, suas atuais participações no capital social, bem como não alienar, caucionar, gravar ou onerar as respectivas ações, sem a prévia e expressa anuência do BNDES;
- Votar, até a completa realização do projeto financiado, em Assembléia Geral de Acionistas, contrariamente à distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio até a completa realização do projeto financiado;
- Manter caucionados em favor do BNDES, durante a vigência deste contrato, a totalidade das ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2009, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas.

A Sociedade está em processo inicial de reestruturação financeira de operação de longo prazo, com o objetivo de liquidar os empréstimos que vencem no curto prazo.

11. EMPRESAS LIGADAS E PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contrato de serviços de construção, execução de obras, e mútuo para capital de giro.

As transações realizadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 com o controlador e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	2009			2008		
	Saldo de fornecedores	Dividendos propostos	Passivo não circulante	Saldo de fornecedores	Dividendos propostos	Passivo não circulante
Saldos de balanço						
Controladora:						
SPR - Sociedade Para Participações em Rodovias S/A. (a)	-	17.581	18.548	-	10.739	23.322
Partes relacionadas:						
Obrazcon Huarte Lain Brasil S.A. (b)	77	-	-	29	-	-
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b)	165	-	-	119	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	1.051	-	-	908	-	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	45	-	-	-	-	-
Total	1.338	17.581	18.548	1.056	10.739	23.322



Vianorte S.A.

Resultado	2009			2008		
	Serviços prestados em conservação de rotina	Execução de obras	Despesa financeira	Serviços prestados em conservação de rotina	Execução de Obras	Despesa financeira
Controladora:						
SPR - Sociedade Para Participações em Rodovias S/A. (a)	-	-	1.998	-	-	2.592
Partes relacionadas:						
Paulista Infra-Estrutura Ltda (b)	-	1.962	-	-	1.325	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	2.104	4.189	-	1.181	3.792	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	-	1.342	-	-	-	-
Total	<u>2.014</u>	<u>7.493</u>	<u>1.998</u>	<u>1.181</u>	<u>5.117</u>	<u>2.592</u>

- (a) Esse empréstimo recebido da controladora SPR - Sociedade para Participações em Rodovias S.A. teve como finalidade suprir a necessidade de capital de giro da Sociedade. Esse empréstimo está representado por um contrato de mútuo, cuja data de liberação, valor e encargos estão demonstrados a seguir:

Data da liberação	Encargos	Valor do principal	Saldo devedor em 2009	Saldo devedor em 2008
13/12/06	100% CDI	<u>17.757</u>	<u>18.548</u>	<u>23.322</u>
Total		<u>17.757</u>	<u>18.548</u>	<u>23.322</u>

O contrato prevê que os pagamentos do saldo principal serão efetuados a partir de janeiro de 2011. O saldo remanescente contabilizado na rubrica de Empréstimos de empresas ligadas contempla o principal acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços.

O saldo de dividendos a pagar refere-se a dividendos propostos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

- (b) Os saldos e transações, registrados em fornecedores, classificados no passivo circulante e custo dos serviços prestados, respectivamente, são relativo às operações mercantis e referem-se aos serviços prestados em conservação de rotina e execução de obras nas rodovias.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 a Sociedade pagou o montante de R\$ 407 e R\$ 537 respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da diretoria e respectivos encargos sociais e estão registrados na rubrica de despesas gerais e administrativas. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade provê a seus empregados e administradores, benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Estes benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados ao final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para participações nos lucros e resultados - PLR registrados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 é de R\$ 504 e R\$ 477 respectivamente. As metas são como seguem:

- (c) Dos participantes

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados com vínculo empregatício ou que foram demitidos no período de abrangência deste plano.



Vianorte S.A.

Participarão os empregados que não foram dispensados por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

(d) Definição dos valores

São considerados como critérios para a definição dos valores a serem pagos, os itens, aos quais serão atribuídos pesos conforme tabelas específicas. Os critérios são: tempo real trabalhado no período, absenteísmo, advertências e Suspensões.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os saldos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 estão representados por:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Imposto de renda e contribuição social	1.894	1.297
PIS, COFINS, contribuição social sobre prestação de serviços	91	129
Impostos parcelados (a)	3.727	-
Impostos retidos na fonte	127	160
PIS	114	101
COFINS	526	464
ISS	858	766
Outros tributos municipais	<u>50</u>	<u>57</u>
	<u>7.387</u>	<u>2.974</u>
Passivo circulante	5.151	2.974
Passivo não circulante	<u>2.236</u>	-
	<u>7.387</u>	<u>2.974</u>

- a) Em 2009 a Sociedade aderiu ao REFIS, programa de parcelamento e de quitação de débitos tributários com remissão, redução de juros e anistia de multas, total ou parcialmente. A adesão ao programa visa equalizar e regularizar os passivos tributários por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações tributárias. Foram incluídos nesse programa os tributos federais (PIS e COFINS) sob discussão judicial, na opção de parcelamento em 30 meses, que conferiu a Sociedade anistia parcial de 90% da multa e redução de 40% dos juros sobre a dívida original. Assim sendo, o valor da dívida original consolidada é composto conforme segue:

Principal	2.461
Multa	180
Juros	1.086
Total	<u>3.727</u>

O saldo de impostos parcelados esta sujeito a atualização monetária pelo índice Selic.

3. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Sociedade possui reclamações judiciais pendentes de resolução correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras; e (ii) adicionais, entre outros, para as quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, constitui provisão para as causas cujos desfechos sejam prováveis de serem desfavoráveis para a Sociedade.



Vianorte S.A.

A movimentação do saldo de provisões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 é conforme segue:

	<u>2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>2009</u>
Cíveis	220	808	(76)	(308)	644
Trabalhistas	300	1.505	(98)	-	1.707
Total	<u>520</u>	<u>2.313</u>	<u>(174)</u>	<u>(308)</u>	<u>2.351</u>

A Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída provisão para contingências. Tais processos representam aproximadamente R\$ 2.426 e R\$ 3.794, respectivamente, em 31 de dezembro de 2009.

O saldo de depósitos judiciais, no montante de R\$ 1.314 (R\$ 1.109 em 31 de dezembro de 2008), está classificado no ativo não circulante, pois não se vinculam às contingências para as quais foram contabilizadas provisões.

14. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, o qual é composto pelos valores devidos ao DER - SP pela outorga da concessão.

Os saldos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 estão representados por:

	<u>2009</u>		<u>2008</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Direito de outorga (a)	33.757	198.628	33.445	225.075
Parcela variável - 3% da receita bruta (b)	515	-	460	-
Total	<u>34.272</u>	<u>198.628</u>	<u>33.905</u>	<u>225.075</u>

- (a) Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado pelo valor fixo, registrado a valor presente, conforme segue:

Valor fixo a ser liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira em junho de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Dessa maneira, o montante da obrigação, ajustada a valor presente a taxa de juros de 5% a.a., conforme mencionado na nota explicativa nº 2.7, foi determinado conforme segue:

- R\$ 33.757 (a valor nominal R\$ 34.656) em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 33.445 (a valor nominal R\$ 34.347) em 31 de dezembro de 2008, apurada com base no valor das parcelas a vencer no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2010. O valor dessas parcelas foi determinado tomando-se por base o último reajuste da tarifa de pedágio;
- O montante correspondente às demais parcelas, no valor de R\$ 198.628 (a valor nominal R\$ 247.645) em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 225.075 (a valor nominal R\$ 287.114) em 31 de dezembro de 2008, foi atualizada monetariamente, com base na variação do IGP-M, desde o último reajuste de pedágio até 31 de dezembro de 2009.



Vianorte S.A.

Os valores a pagar serão liquidados em 98 parcelas mensais, sendo o montante correspondente a 86 parcelas classificado no exigível a longo prazo.

- (b) Valor variável, correspondente a 3% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 foram pagos ao poder concedente, respectivamente, os montantes de R\$ 39.787 (R\$ 34.147 referente a direito de outorga fixo e R\$ 5.640 variável) e R\$ 37.151 (R\$ 31.803 referente a direito de outorga fixo e R\$ 5.348 variável).

15. CAPITAL SOCIAL

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2009 e 2008 está representado por 1.132.038 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme segue:

	Participação acionária	Número de ações subscritas	Número de ações integralizadas
SPR - Sociedade para Participações em Rodovias S.A.	100%	1.132.038	1.071.134
Total	100%	1.132.038	1.071.134

O estatuto da concessionária prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto, na base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas.

Em 31 de dezembro de 2009, a administração propôs a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal no montante de R\$ 6.842.

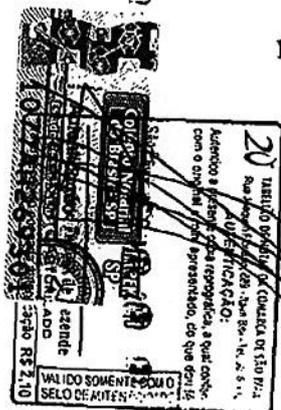
Em 31 de dezembro de 2008, a Administração propôs a distribuição de dividendos no montante de R\$ 10.739, relativo ao saldo total do resultado do exercício.

(b) Reserva de lucros

O saldo remanescente da conta de lucros acumulados após a proposição dos dividendos, foi alocado à reserva de lucros retidos, para fazer face ao reforço do capital de giro e ao orçamento de capital da Sociedade.

16. RESULTADO FINANCEIRO

	2009	2008
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.561	1.766
Outros	19	887
Total	<u>1.580</u>	<u>2.653</u>
Despesas financeiras:		
Juros e correção monetária das obrigações com o poder concedente	8.011	28.728
Juros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	7.759	17.451
Juros sobre empréstimos de empresas ligadas	1.916	2.592
Outras despesas financeiras	1.592	502
Total	<u>19.278</u>	<u>49.273</u>



Vianorte S.A.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros de longo prazo - TJLP e CDI sobre seus saldos de empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2009 a administração efetuou análise sensível considerando um aumento ou redução de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos líquidos das aplicações financeiras:

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I - Provável</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (- 25%)</u>	<u>Cenário IV (+ 50%)</u>	<u>Cenário V (- 50%)</u>
CDI	8,75%	10,94%	6,56%	13,13%	4,38%
TJLP	6%	7,5%	4,5%	9,0%	3,0%
Juros a incorrer *	3.084	3.309	2.859	3.532	2.636

* Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos doze meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito e, consistem, primariamente, de caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Sociedade, apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$ 8.927 e R\$ 7.563, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio - "Sem Parar", registrados na conta "Contas a receber".

A Sociedade possui uma carta de fiança firmada por instituição financeira classificada como de primeira linha (informação não revisada pelos auditores independentes) para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

d) Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 representam o valor justo, uma vez que a natureza e característica das condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente. A Sociedade não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.



Vianorte S.A.

18. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa estatutária nas demonstrações do resultado em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 é como segue:

	2009	2008
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	44.448	17.555
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Despesa de imposto de renda calculado à alíquota vigente	<u>(15.112)</u>	<u>(5.969)</u>
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Diferenças permanentes	<u>(530)</u>	<u>(282)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(15.642)</u>	<u>(6.251)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social composto por:		
Corrente	<u>(17.974)</u>	<u>(5.285)</u>
Diferido	<u>2.332</u>	<u>(966)</u>
Total	<u>(15.642)</u>	<u>(6.251)</u>

19. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EDITADOS EM 2009 E QUE ENTRARÃO EM VIGOR A PARTIR DE 2010

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram editados, 26 novos pronunciamentos técnicos e 12 interpretações técnicas haviam sido emitidos pelo CPC aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPC's e ICPS's que poderão ser aplicáveis para a Sociedade, considerando-se suas operações, são:

CPC Título

- 20 Custos de Empréstimos
- 21 Demonstração Intermediária
- 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro
- 24 Evento Subseqüente
- 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis
- 27 Ativo Imobilizado
- 30 Receitas
- 32 Tributos sobre o Lucro
- 33 Benefícios a Empregados
- 43 Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 ao 40

ICPC Título

- 01 Contratos de Concessão
- 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil
- 08 Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
- 09 Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
- 10 Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43



Vianorte S.A.

Os principais ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis estão principalmente relacionados ao ICPC 01 - Contratos de concessão. Esta interpretação orienta as concessionárias sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. Esta interpretação não trata da contabilização pelos concedentes. Ela se aplica a concessões de serviços públicos a entidades privadas caso: (a) o concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infra-estrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e (b) o concedente controle - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infra-estrutura, ao final do prazo da concessão. Ela se aplica, também: (a) à infra-estrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo concessionário para cumprir o acordo de prestação de serviços; e (b) à infra-estrutura já existente, que o concedente dá acesso ao concessionário para efeitos do acordo de prestação de serviços público.

Um ponto que requer especial atenção é uma alteração introduzida por essa interpretação relativa à remuneração do concedente ao concessionário nos casos em que há alguma contrapartida. Por exemplo, se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário deve ser registrada como um ativo intangível. Portanto, neste caso, o concessionário reconhece, pelos serviços de construção ou melhoria, um ativo financeiro à medida que tem o direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente, e/ou um ativo intangível, à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar dos usuários dos serviços públicos. Em ambos os casos, a contrapartida do ativo é uma receita do período. Esse procedimento altera o atualmente praticado de reconhecer os custos com a prestação de serviços de construção e/ou melhoria como custo do ativo imobilizado, sem reconhecimento de receita por estes serviços públicos.

A Administração da Sociedade está analisando os efeitos que os novos pronunciamentos poderiam resultar em suas demonstrações financeiras e nos resultados dos exercícios seguintes. No caso de ajustes decorrentes de adoção das novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2010, a Sociedade avaliará a necessidade de remensurar os efeitos que seriam produzidos em suas demonstrações financeiras de 2009, para fins de comparação.

